



ATA

8ª Reunião Ordinária da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

24 de novembro de 2009

Local: Ministério da Previdência Social, sala 902 – Brasília/DF

Hora: 10h às 17h

Participantes:

Governo

- Júnia Maria de Almeida Barreto – MTE
- Fernando Donato Vasconcelos – MTE
- Remígio Todeschini – MPS
- Domingos Lino – MPS
- Luiz Eduardo Alcântara de Melo – MPS
- Carlos Augusto Vaz de Souza – M. Saúde

Empregadores

- Clovis Veloso de Queiroz Neto – CNI
- Nicolino Eugênio da Silva Júnior – CNF
- Adriana Giuntini Viana – CNT
- Luís Sérgio Soares Mamari – CNC
- Henrique William Bego Soares – CNA

Trabalhadores

- Jorge Alves de Almeida Venâncio – CGTB
- Armando Henrique – F. Sindical
- Dary Beck Filho – CUT
- João Donizzeti Scaboli – F. Sindical
- José Augusto da Silva Filho – UGT
- José Alves Couto Filho (Toré) – NCST

Convidados

- Luis A. Festino – NCST
- Tito Lopes C. Neto – CNTT

ATA

1 Júnia Barreto, atual Coordenadora da Comissão, iniciou a reunião informando a ausência de
2 representante da FUNDACENTRO que se deu por problemas de escassez de recursos financeiros
3 daquela Instituição, o que impediu a apresentação do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre
4 a FUNDACENTRO e o IPEA, ficando tal apresentação pautada para uma reunião futura. Comunicou
5 que conforme estabelece a portaria de constituição da Comissão foi feita a transição da coordenação
6 do MPS para o MTE que será por ela exercida até de agosto de 2010. Comunicou que a reunião
7 estava com uma pauta mais enxuta para que se retornasse à discussão sobre Política Nacional e que
8 fosse alcançado o consenso sobre um texto básico. Justificou que a reunião agendada anteriormente
9 para o mês de agosto passado, teve de ser cancelada uma vez que a bancada de governo optou por
10 trabalhar a proposta da Política, à priori, em cima dos conceitos de cada órgão, e que assim foram
11 realizadas 3 reuniões para discussão do texto básico que seria apresentado no decorrer da reunião.
12 Seguindo a pauta, colocou em apreciação a Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão. Clovis
13 apontou correções pontuais e levantou dúvidas quando ao conteúdo das linhas 44 a 47 onde, na
14 discussão quanto à interpretação da fala, José Augusto comentou que a Comissão não deveria se
15 enveredar pelos caminhos de normas regulamentadoras, uma vez que o objetivo da CTSST é a
16 construção de uma política nacional de segurança e saúde no trabalho. Domingos Lino explicou que
17 foi acordado na Comissão que todo trabalho seria a partir de dois setores (construção civil e
18 transporte rodoviário de carga) e que assim elencaram-se 8 diretrizes, sendo “Normas
19 Regulamentadoras” uma delas, ou seja, o que justificou a inclusão da questão da CIPA em ambos os
20 setores. Disse que foram criados os dois grupos de trabalho setoriais e o que está sendo discutido
21 nesses dois fóruns é diretriz acordada na Comissão, não havendo assim motivos para maiores
22 preocupações. Informou que os grupos têm mandato, são de representação tripartite, porém não
23 possuem poder de decisão sobre propostas de alteração de normas regulamentadoras. Continuou
24 dizendo que o que estava se discutindo naquele momento eram as falas da última reunião da CTSST
25 ocorrida na FUNDACENTRO sobre os informes vindo dos grupos, e se estavam em conformidade ou
26 não. José Augusto, disse que a preocupação gira em torno do fato de que atas são documentos que
27 têm, para quem é leigo, o entendimento de deliberação, de decisão, e conforme o que lá esteja
28 disposto pode confundir quem está lendo a ata pela internet, até porque é um documento com
29 redação acordada também tripartitemente. Júnia Barreto, finalizando a discussão, deixou claro que se
30 o Grupo de Trabalho Setorial da Construção Civil consensar alguma proposta de alteração da NR-18,
31 a proposta será apresentada na CTSST; a CTSST, achando a proposta adequada, encaminhará para
32 o Comitê Permanente Nacional – CPN onde, sendo aprovada, encaminhará a proposta para a
33 Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP. Clovis pronunciou que as falas são convergentes;

que é bastante claro para todos os procedimentos, os caminhos do que venha a ser deliberado, tanto nos GTS quando na própria Comissão. Lembrou que os GTS estão incumbidos de uma proposta com visão que não se limita apenas à questão das normas desses segmentos, mas sim de uma política nacional com visão em 360º, mais ampla em relação à diminuição de acidentes e doenças do trabalho. Complementou dizendo ser válida a discussão feita no sentido de se reafirmar que este não é o fórum de deliberação sobre normas regulamentadoras. A ata da 7ª Reunião Ordinária foi aprovada e após as correções pontuais será assinada na próxima reunião. Clovis justificou a ausência de Fernando Coelho Neto (CNI) por se encontrar em viagem internacional; e José Augusto justificou a ausência de Cleonice Caetano Souza (UGT) em viagem ao interior de São Paulo. O próximo ponto de pauta seria a apresentação do Termo de Cooperação Técnica entre a FUNDACENTRO e o IPEA que, conforme informado no começo da reunião, não foi possível a apresentação. Entretanto, numa prévia, Luiz Eduardo informou que foi criado um grupo, no âmbito dos 2 órgãos, para estudos de custos de acidentes de trabalho no País; que esse grupo evoluiu para pesquisa de base de dados; e que agora esse grupo vem trabalhando no sentido de buscar a integração de todas as bases de dados do governo (previdência, saúde e trabalho) para construção de um padrão único de dados. Perguntado se tal estudo incluiria também dados do setor de transporte, de órgãos como o DENATRAN, a ANTT e outros; respondeu que o estudo engloba todas as áreas governamentais, inclusive o Ministério dos Transportes. Ainda sobre o tema, Carlos Augusto disse ter participado da última reunião do grupo em Belo Horizonte e que a questão de integração de base de dados é um dos pontos prioritários que será indicado para a Política tendo em vista ser um trabalho de grande serventia e subsídio para as discussões. Continuando a pauta, Júnia Barreto reafirmou que no período em que não houve reuniões da CTSST, a bancada de governo realizou três reuniões onde se trabalhou em cima do texto da Política. Disse considerar importante, em curto prazo, a publicação de um decreto aprovando a Política, o que será um grande passo para o país inclusive perante aos órgãos internacionais (OMS e OIT) que vêm solicitando insistentemente que o país assuma esse compromisso com a saúde e segurança do trabalhador. Solicitou às bancadas esforço no sentido de que se consiga avançar nessa discussão. Fernando Donato fez a apresentação sucinta de todos os tópicos e itens da Política onde, ao final, Júnia Barreto informou que constantes do texto estão as responsabilidades dos órgãos de governo (MPS, MTE e Saúde) tiradas das respectivas estruturas regimentais e que as responsabilidades cabíveis à representação dos empregadores e trabalhadores deveria ser inserida pelos próprios. Após a apresentação, a Coordenadora colocou o texto para discussão, que deveria ter ocorrido tópico a tópico, porém antes, José Augusto questionou que o texto apresentado fora alterado e muito do que vinha sendo discutido nas reuniões anteriores. Júnia Barreto informou que a bancada de governo trabalhou no texto no sentido de enxugá-lo deixando apenas princípios básicos (diretrizes) para posteriormente à publicação do Decreto, trabalhar nas estratégias e planos de ação. Finalizou explicando que a Política Nacional refere-se às diretrizes e o Plano Nacional às estratégias de ação. Dari Beck comentou que foram realizadas sete reuniões, foram feitas as devidas emendas à proposta de texto e agora é apresentado um texto completamente diferente, se perdendo assim tudo o que foi discutido. Complementou que devido à radicalidade das alterações o texto deveria ter sido encaminhado com maior antecedência para análise das bancadas. Júnia Barreto informou que o que foi retirado do texto não está perdido, vez que será utilizado na elaboração do Plano Nacional. A bancada dos trabalhadores solicitou um recesso para que pudesse discutir o a proposta internamente, sendo sugerido então a utilização do intervalo de almoço também com esse propósito. Adriana Giuntini entregou aos membros edição da pesquisa sobre o estado de conservação a malha rodoviária do país, realizada pela CNT. Após o almoço, de volta à reunião, Júnia Barreto solicitou posicionamento das bancadas quanto à forma de discussão do texto da Política. Clovis, alegando que a bancada dos empregadores teve dificuldade em realizar uma discussão prévia devido a falta de tempo hábil entre o envio do texto e reunião, solicitou que a deliberação do texto ficasse para a próxima reunião da Comissão. Dari Beck, pela bancada dos trabalhadores, expôs as mesmas alegações. Entretanto, tendo a bancada elencado algumas questões sobre o texto, solicitou que houvesse uma discussão para esclarecimento de dúvidas quanto ao entendimento da proposta. Após as discussões foi solicitado às bancadas (patronal e laboral) que enviassem suas colaborações para o texto que fora apresentado, principalmente no tocante às responsabilidades dentro da Política Nacional. Foi firmada a data de 02 de fevereiro de 2010 como data limite para envio das colaborações à Coordenação da Comissão. Em seguida foi definido o cronograma de reuniões da CTSST para o ano de 2010, sendo fixadas as seguintes datas e localidades: 23 de fevereiro (CUT/SP); 29 de abril (MPS/DF); 15 de julho (FETCESP/SP); 31 de agosto (MPS/DF), 19 de outubro (FEBRABAN/SP); e 07 de dezembro (MPS/DF). Nos informes sobre os Grupos de Trabalho Setoriais – GTS não foi possível a apresentação do GTS da Indústria da Construção devido a impossibilidade de presença de representantes na reunião. Carlos Augusto repassou informes sobre o GTS de Transporte Rodoviário de Cargas - TRC; comentou que em toda reunião do Grupo tem-se buscado sempre a atualização da proposta do Plano de Ação e expôs apenas os itens que foram atualizados posteriormente à última

reunião da CTSST, que são: Item “Fortalecimento do Diálogo Social” – comentou que foi iniciada uma negociação entre trabalhadores e empregadores no sentido de elaborar um proposta de contrato coletivo de trabalho nacional. Entretanto Adriana Giuntini informou que não se trata de uma proposta de contrato coletivo, mas sim de um elenco de assuntos e problemas, de interesse tanto dos empregadores quanto dos trabalhadores, existentes no setor que precisam ser solucionados. Finalizou dizendo que tais assuntos não se detêm apenas à área trabalhista. Continuando, ainda no mesmo item, Carlos Augusto comentou sobre a introdução da Polícia Rodoviária Federal – PRF e do DNIT, como entidades governamentais que possam colaborar com o Plano de Ação. Além desses dois órgãos foi feito também contato com o Departamento de Análise de Situação de Saúde do Ministério da Saúde e também com a Ministério do Meio Ambiente – MMA. Item “Regulamentação” – informou que o PL 2660/96, que versa sobre o tempo de direção de motorista de caminhão e ônibus em rodovias, foi vetado pela Presidência da República, porém, na linha de acompanhamento de PL, foi iniciado o processo de discussão sobre a regulamentação da profissão de motorista e sobre o estatuto do motorista. Informou também que a ANTT, na reunião de 23/09/09, apresentou e sugeriu que o grupo discutisse questões citadas como: obrigações exigidas por regulamentos acessórios como exigências à habilitação ao TRC a serem contempladas em resolução; aperfeiçoamento dos programas profissionalizantes; previsão de multa para o embarcador; possibilidades de o trabalhador autônomo ser proprietário de mais e um veículo; e revisão dos CNAE do TRC. Citou uma demanda oriunda dos trabalhadores que apontam a necessidade de realização de uma reunião do DENATRAN com o INSS para tratar de divergências existentes entres esses órgãos sobre “afastamento de trabalhador”. Item “Formação em SST” – relatou que foram programados 5 cursos para o ano de 2009, sendo todos realizados. Item “Campanhas” – comentou que o GTS sugeriu a produção de informe periódico do Grupo, contendo informações de diversos órgãos de governo e entidades laborais e patronais. Relatou novos eventos que tiveram a participação do Grupo, tais como: IV Fórum Nacional de Segurança no Transporte de Cargas (05/06/09); Oficina de monitoramento e avaliação do Projeto - Redução de Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito (20 e 21/10/09); etapas do Projeto - Comandos de Saúde nas Rodovias, da PRF; e comentou sobre o Projeto – Comando Toxicológico, também da PRF, prevista para 2010. Item “Estudos e Pesquisas” – Foi informado que existe a pesquisa sobre condições e relações de trabalho dos condutores de veículos de carga, no âmbito do estado de São Paulo, que a FUNDACENTRO vem trabalhando, sendo encerrada a etapa qualitativa dessa pesquisa e que com isso foi realizado no dia 29/09/09 um workshop para apresentação desses dados. Item “Banco de Dados” – Comunicou que estava em processo um cadastramento para o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, sendo que a ANTT ofereceu a disponibilidade das informações desse cadastro como contribuição para o Plano Nacional. Quanto às informações da PRF, essa também abriu ao Grupo a possibilidade de acesso. Finalizando os informes, Carlos Augusto reforçou a necessidade se aperfeiçoar o diálogo direto para obtenção de resultados consistentes para 2010. No ponto referente a “Outros Assuntos”, José Augusto comentou ter sido uma grande gafe do governo ter legislado em prol da categoria dos engenheiros de segurança do trabalho com a publicação do Decreto n.º 6.945/09. Disse que os trabalhadores aguardam desde agosto de 2009 posicionamento do MPS e do MTE no sentido de retificar o que estabelece a alínea “a” do § 6º do art. 201-D do Decreto n.º 3.048. Informou que foram apresentados abaixo assinados, manifestos de repúdio e não se obteve nenhuma resposta até então. Comunicou que tinha em mãos um documento oriundo das entidades sindicais, em nome de todos os trabalhadores do Brasil, solicitando providências de reversão do que estabelece tal decreto e que pretendia entregar à coordenação da Comissão. Complementou dizendo que caso não houvesse respostas em tempo plausível a classe trabalhadora entraria com mandado de segurança contra o Governo. Junia Barreto informou que a Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, quando solicitada a emitir parecer sobre a proposta de texto para o decreto, manifestou-se contrariamente ao que foi publicado e que permanece sendo contrária. Remígio Todeschini, de pleno acordo com o exposto por Júnia Barreto, informou que o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSO tem o mesmo posicionamento. Informou que o processo de retificação do Decreto 6.945 já foi iniciado, está tramitando pelos órgãos competentes e em breve será encaminhado à Casa Civil para publicação. Em relação ao documento apresentado pelos trabalhadores, Júnia Barreto informou que, uma vez este sendo dirigido ao MTE, deveria ser dado entrada no protocolo do MTE ou do MPS conforme os procedimentos processuais da administração pública, e não entregue à Coordenação da Comissão. Concluiu que a CTSST tem sim o papel de discutir todo e qualquer tema que verse sobre SST, mas não tem a atribuição nem competência de decidir sobre o citado decreto. Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.